

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.13. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a VLI Multimodal S.A. (Ex-Mineração Tacumã Ltda. - controlada indireta da VLI S.A. (“VLI”) - como a única controladora da FCA.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, a Resolução Nº 4.131, alterada pela resolução Nº 4.160 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles, 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

A desativação dos trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do Programa Integrado de Logística - PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os valores devidos dos contratos de arrendamento e concessão.

Serão desativados e devolvidos os seguintes trechos ferroviários:

I – Trechos antieconômicos:	II – Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

As possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

Mudança de Controle Acionário

Em abril de 2014, a Vale S.A efetivou a transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.509.200, representados por 1.778.158.082 ações ordinárias, para Mitsui & Co. (“Mitsui”). Nesta operação R\$ 709.200 foram pagos diretamente à Vale S.A. e R\$ 800.000 aportados na VLI.

Ainda em abril de 2014 a Vale S.A. efetivou a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000, representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (“FI-FGTS”), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Em Agosto de 2014, a Vale S. A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000, representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale S.A..

Com a conclusão dessa operação a VLI (controladora indireta) passa a ser controlada por um acordo de acionistas celebrado entre Vale, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield.

4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis

4.2.1 Aprovação das informações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2015.

4.2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

a) Demonstrações contábeis individuais - Controladora

As demonstrações contábeis individuais apresentadas sob o título de Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM.

b) Demonstrações contábeis consolidadas - Consolidado

As demonstrações contábeis consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, também foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

c) Reclassificação de Despesas Administrativas - Depreciação

A Companhia identificou que certas despesas com depreciação, de trens turísticos especificamente, haviam sido apresentadas como Despesas Administrativas em períodos anteriores. Considerando que as receitas correspondentes são registradas na rubrica “Outras Receitas (despesas) líquidas”, a Companhia irá apresentar tais despesas com depreciação na rubrica de “Outras receitas (despesas) líquidas”. O efeito retroativo referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi de R\$ 2.694.

4.3 - Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

a) Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda, da qual detém 100% de participação.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, AFAC, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

d) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

f) Tributo sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.13.

h) Intangível

I. Direitos de concessão

Está representado pelo valor pago pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste e Malha Paulista (Ferroban) (Nota 4.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

A vida útil dos intangíveis está apresentada na Nota 4.14.

i) *Impairment* de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

k) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

- I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;
- II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente;

Em linha com os esclarecimentos provenientes do comunicado técnico CTG - 05 - Contratos de Concessão, a administração concluiu que os contratos de concessão e arrendamento, oriundos da extinta RFFSA, são contratos de execução, considerando que:

- As partes envolvidas cumpriam parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.
- A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.
- O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso se após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

E ainda conforme os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a

serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.12), sendo a Companhia um agente no litígio.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de previdência privada é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas ao plano de previdência privada são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados na qual a metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada ("*constructive obligation*").

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente;
- 2) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 3) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

Receitas diferidas

As receitas diferidas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros.

As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando:

- decorrido o prazo de competência ; ou
- da prestação de serviços futuros;

o) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

q) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.29, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de

recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

r) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1º de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção, mas não espera efeitos materiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

s) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

t) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA"), consolidadas e da controladora, de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do valor adicionado, que são apresentados como parte integrante das demonstrações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis.

4.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4.4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporárias em seus demonstrativos contábeis. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- IV. Provisão para contingências - A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia reavalia as suas estimativas.

4.4.2 - Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia - Concessão

Conforme descrito na Nota 4.3(k) a Companhia segue as orientações da ITG 01 - Contratos de Concessão e do CTG 05 - Contratos de Concessão para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e comunicados técnicos requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados.

- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Bancos	9.772	9.256
Aplicações Financeiras	26.331	6.363
	36.103	15.619

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 101,1% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 - Contas a receber

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	Consolidado e Controladora			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Contas a receber de clientes	103.175	68.494	103.175	68.494
Contas a receber partes relacionadas	69.979	159.367	69.979	159.367
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(26.950)	(29.233)	(26.950)	(29.233)
	146.204	198.628	146.204	198.628
Não circulante				
Contas a receber partes relacionadas	261.195	247.627	261.589	248.021
	261.195	247.627	261.589	248.021

	Consolidado e Controladora			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	394.368	347.274	394.368	347.274
Vencidos até 3 meses	8.906	43.419	8.906	43.419
Vencidos de 3 a 6 meses	1.619	14.108	1.619	14.108
Vencidos acima 6 meses	29.456	70.687	29.850	71.081
Contas a receber	434.349	475.488	434.743	475.882

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas contas a receber, comercial, faturamento e gestão de risco corporativo, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.7 - Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale S.A.	Controle Compartilhado
Brookfield Brasil Infrastructure Fundo de Investimentos em Participações	Controle Compartilhado
Mitsui & Co Ltd	Controle Compartilhado
FI-FGTS	Controle Compartilhado
Brasil Port Holdings L.P.	Controle Compartilhado
VLI S.A.	Controladora Indireta
VLI Multimodal S.A.	Controladora Direta
SL Serviços Logísticos Ltda.	Controlada
Demais Empresas	Ligadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante		
Contas a receber		
Cia Coreano Brasileria de Pelotização - KOBASCO	4	4
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBAS		36
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia	14	14
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	165	553
Log-in Logística Intermodal S/A	20	20
MRS Logística S/A	397	636
Vale Manganês S.A.	4	4
Ultrafétil	40	486
Vale S/A	13.436	52.347
Vale Fertilizantes S.A	15.381	12.708
Vale Fosfatados S.A	-	156
Vale Moçambique	475	475
Mineração Urucum S.A	3	3
Salobo Metais S.A	5	5
Ferrovia Norte Sul S.A	67	10
VLI Operações Portuárias S.A	11	
VLI S.A	400	186
Samarco	19	2
VLI Multimodal S.A.	39.538	91.722
	69.979	159.367

Ativo não circulante

Contas a Receber

Vale S/A

261.195

247.627

SL Serviços Logísticos S/A

394

394

261.589

248.021

Controladora**Passivo Circulante****31/12/2014****31/12/2013**

Fornecedores

MRS Logística S/A

333

287

Pasa- Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale

477

Ferrovia Norte Sul S.A

33

Fundação Vale do Rio Doce - FVRD

1.291

Vale S/A

1.683

12.058

2.239

14.113

Passivo não Circulante

Adiantamento para futuro aumento de capital

VLI Multimodal S.A.

2.433.893

2.140.333

2.433.893

2.140.333

Benefícios a empregados pós-aposentadoria

Valia

2.138

895

2.138

895

Demonstrações do Resultado

Receitas

Receita bruta de serviços prestados

Vale Fertilizantes S.A

37.634

Vale S/A

160.120

43.084

VLI Multimodal S.A

600.550

472.763

798.304

515.847

Receita de aluguel de locomotiva

VLI Multimodal S.A

78.720

78.720

Receitas financeiras

Samarco Mineração S.A

2

VLI Multimodal S.A

942

Vale S/A

42

986

Outras Receitas (despesas) Operacionais

Vale S/A

355

54

Fundação Vale do Rio Doce - FVRD

-

347

Samarco Mineração S/A

6

43

VLI S/A

114

VLI Multimodal S.A.

533

1.008

444

Custos e despesas

Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões

Vale S/A

(104.628)

(104.628)

Custo de partilha de fretes

Vale S/A

(126.880)

(75.014)

MRS Logística S/A

(2.392)

(4.014)

(129.272)

(79.028)

Custo com direito de passagem

MRS Logística S/A

(19.734)

(15.306)

(19.734)

(15.306)

Custo dos serviços

PASA

(1.879)

(1.879)

(4.179)	(3.794)
(4.179)	(3.794)

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	385.857	326.965	307.780	326.965
Vencidos até 3 meses	8.317	41.086	8.866	41.086
Vencidos de 3 a 6 meses	15.326	9.790	9.554	9.790
Vencidos acima 6 meses	38.192	29.547	5.368	29.547
Contas a receber de clientes	447.692	407.388	331.568	407.388

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

Os custos com direito de passagem e partilha de frete representam os valores gastos com a utilização da malha ferroviária de outra concessionária.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social (nota 4.21).

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto a Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A VALE S.A. na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em Novembro de 2013 a VALE e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS).

Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a VALE pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela VALE o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente. O saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento a vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais foi paga no ato do exercício da opção pela VALE em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que a devolução das demais parcelas ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

A realização da parcela do ajuste a valor presente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 13.568.

4.8 - Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição como segue:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Peças e componentes de equipamentos / instalações	45.306	41.040
Combustíveis, lubrificantes e gases	2.951	9.002
Materiais de expediente e outros	5.135	8.824
Materiais elétricos / eletrônicos	7.841	7.161
Outros materiais	1.600	3.406
Provisão para perdas em itens de estoque	(5.904)	(5.780)
	56.929	63.653

4.9 - Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS a recuperar	16.765	14.161
Imposto de renda retido na fonte	500	1.507
PIS e COFINS a compensar	26.035	12.694
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.362	3.243
IOF a recuperar	-	127

INSS	29	20
	48.691	31.752
Não Circulante		
ICMS a recuperar	14.745	5.187
	14.745	5.187
Tributos a recuperar - total	63.436	36.939

4.10 - Despesas pagas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	12.020	2.024
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	3.897	3.688
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia (a)	1.414	
Aluguel do Terminal Integrado de Guará (a)	8.327	
	27.483	7.537
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	19.465	21.290
	19.465	21.290
	46.948	28.827

As despesas pagas antecipadamente em 31 de dezembro de 2014 tem sua composição a seguir:

	Valor	Parcelas a Apropriar		Vigência
Circulante				
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	12 parc. R\$152,08	1.825	jan/2015 a dez/2015
Prêmios de seguros pagos antecipadamente				
Responsabilidade Civil Geral	2.064	11 parc. R\$172	1.892	nov/2014 a nov/2015
Riscos Operacionais	10.940	9 parc. R\$911,6 e 1 parc.R\$791	8.995	out/2014 a out/2015
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	1.500	10 parc. R\$113,3	1.133	nov/2014 a nov/2015
Aluguel de Terminais				
Araguari (a)	20.613	2 parc. R\$1.558,8 e 1 parc.R\$779	3.897	mar/2014 a mar/2015
Santa Luzia (a)	7.479	2 parc. R\$565,5 e 1 parc.R\$282,7	1.414	mar/2014 a mar/2015
Guará (a)	10.487	10 parc. R\$793 e 1 parc.R\$396,5	8.327	nov/2014 a nov/2015
			27.483	
Não circulante				
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	54.746	128 parc. R\$152,08	19.465	set/1996 a ago/2026
			46.948	

a) Despesas de aluguel dos terminais

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Aluguel do Terminal Integrador de Araguari (a)	3.897	3.688

Aluguel do Terminal Integrador de Santa Luzia (a)	1.414	
Aluguel do Terminal Integrador de Guará (a)	8.327	
	13.638	3.688

Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de *"built to suit"*.

Os contratos assinados entre a Companhia e terceiros constituem o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e Santa Luzia e, por conseguinte a locação dos terminais à Companhia em caráter personalíssimo, sendo os referidos Terminais construídos para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

b) Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Concessão (i)	1.719	1.719
Arrendamento (ii)	106	106
	1.825	1.825
Não Circulante		
Concessão (i)	1.127	1.065
Arrendamento (ii)	18.338	20.225
	19.465	21.290

(i) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.

(ii) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", nos ativos circulante e não circulante.

Conforme divulgado na nota 4.4.2(IV) os contratos de arrendamento e concessão são contratos de execução; desta forma os saldos estão sendo amortizados considerando o prazo dos contratos.

c) Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro.

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Responsabilidade civil geral	1.892	

All Risks	8.995	1.459
Seguro de transporte	1.133	565
	12.020	2.024

Em 31 de dezembro de 2014, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 250.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Transporte Nacional	All Risk	R\$ 150 por evento
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 x Salário Base
	Menores e aprendizes	R\$ 13
Acidentes pessoais	Trens turísticos	R\$ 10

4.11 - Demais contas a receber

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Adiantamento a empregados	26.570	15.350
Sinistros a recuperar (a)	30.647	
Adiantamento a fornecedores	12.051	8.186
Outras contas	4.282	496
	73.550	24.032

(a) Referem-se aos gastos da companhia com acidentes ocorridos na sua malha ferroviária, para os quais há provisão da franquias, conforme Nota 4.19(b).

4.12 - Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Consolidado e Controladora			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	136.366	48.816	94.494	55.985

Cíveis (b)	17.750	12.255	21.462	17.804
Tributárias (c)	5.889	676	4.898	543
Ambientais (d)	224	2.038		1.816
Previdenciária (e)	10.173		10.188	178
	170.402	63.785	131.042	76.326

Depósitos judiciais (movimentação)

	31/12/2013	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2014
Trabalhistas (a)	94.494	45.444	(12.700)	9.130	136.368
Cíveis (b)	21.462	264	(6.383)	2.407	17.750
Tributárias (c)	4.898	455		534	5.887
Ambientais (d)	-	220		4	224
Previdenciária (e)	10.188		(5)	(10)	10.173
	131.042	46.383	(19.088)	12.065	170.402

Provisões para contingências (movimentação)

	31/12/2013	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2014
Trabalhistas (a)	55.985	19.977	(33.337)	5.949	48.574
Cíveis (b)	17.804	2.231	(9.242)	1.462	12.255
Tributárias (c)	543	93		40	676
Ambientais (d)	1.816			222	2.038
Previdenciária (e)	178	62		2	242
	76.326	22.363	(42.579)	7.675	63.785

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

As naturezas dos principais processos provisionados são os mesmos das divulgadas na letra (f) Contingências possíveis não provisionadas.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2014, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 48.574 (31 de dezembro de 2013- R\$ 55.985). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas

originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 12.255 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 17.804).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Tributárias

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos tributários que correm no âmbito administrativo e judicial, nos quais a FCA litiga contra a fazenda pública estadual e municipal, no valor total de R\$ 676 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 543).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

d) Ambientais

A Companhia provisionou R\$ 2.038 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 1.816) referentes a processos com expectativa de perda provável de autuações dos órgãos competentes.

e) Previdenciários

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos previdenciários que correm no âmbito administrativo e judicial, no valor total de R\$ 242 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 178).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

f) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.702.000 (31 de dezembro de 2013 - aproximadamente R\$ 1.309.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

A composição das contingências por natureza podem ser assim apresentadas:

	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas (i)	850.000	596.000
Cíveis (ii)	292.000	243.000
Tributárias (iv)	467.000	381.000
Ambientais (v)	38.000	33.000
Previdenciário (iii)	55.000	56.000
	1.702.000	1.309.000

- i. Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

4.13 - Imobilizado

Consolidado e Controladora					
				31/12/14	31/12/13
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
Bens em operação					
Imóveis	25 a 40 anos	2,91%	25.283	(3.699)	21.584
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5 anos	20,00%	2.517	(1.348)	1.169
Equipamentos autônomos	5 a 50 anos	8,75%	174.950	(63.338)	111.612

Veículos	3 a 5 anos	20,93%	12.075	(4.915)	7.160	8.202
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	18.057	(6.306)	11.751	10.545
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	34.452	(24.622)	9.830	11.492
	12,5 a 25 anos					
Locomotivas		6,69%	477.845	(149.695)	328.150	372.345
Vagões	33,3 anos	3,00%	324.439	(69.676)	254.763	305.793
Outros ativos	10 anos	10,00%	15.675	(3.187)	12.488	32.481
			1.085.293	(326.786)	758.507	810.447
Terrenos			1.142		1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			4.942		4.942	1.623
Provisão para baixa de ativo			(1.176)		(1.176)	(624)
			4.908		4.908	2.141
			1.090.201	(326.786)	763.415	812.588

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 78.973 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 31.921).

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está sumarizada da seguinte forma:

Consolidado e Controladora					
Imobilizado - Custo	31/12/13	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/14
Imóveis	24.127			1.156	25.283
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	4.830			(2.313)	2.517
Equipamentos autônomos	80.908		(1)	94.043	174.950
Veículos	11.065			1.010	12.075
Bens administrativos/auxiliares	15.422			2.635	18.057
Equipamentos e aplicativos de informática	32.111			2.341	34.452
Locomotivas	505.188		(4.390)	(22.953)	477.845
Vagões	376.511		(7.988)	(44.084)	324.439
Outros ativos	34.131			(18.456)	15.675
	1.084.293		(12.379)	13.379	1.085.293
Terrenos	1.142				1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	1.623	3.319			4.942
Provisão para baixa de ativo	(624)	(858)	306		(1.176)
	2.141	2.461	306	-	4.908
	1.086.434	2.461	(12.073)	13.379	1.090.201

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

Consolidado e Controladora				
Imobilizado - depreciação	31/12/13	Adições	Baixas	31/12/14
Imóveis	(2.098)	(1.601)		(3.699)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.931)	583		(1.348)
Equipamentos autônomos	(36.247)	(27.092)	1	(63.338)
Veículos	(2.863)	(2.052)		(4.915)
Bens administrativos/auxiliares	(4.877)	(1.429)		(6.306)
Equipamentos e aplicativos de informática	(20.619)	(4.003)		(24.622)
Locomotivas	(132.843)	(20.576)	3.724	(149.695)

Vagões	(70.718)	(4.198)	5.240	(69.676)
Outros Ativos	(1.650)	(1.537)		(3.187)
	<u>(273.846)</u>	<u>(61.905)</u>	<u>8.965</u>	<u>(326.786)</u>

Redução do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou seja se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

O método do fluxo de caixa descontado foi utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- Plano de Negócios até 2026;
- A partir de 2027, é considerada a renovação da concessão;
- A perpetuidade do fluxo de caixa foi considerada a partir de 2027;

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da companhia foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

4.14 - Intangível

				Consolidado e Controladora	
				31/12/14	31/12/13
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido
Direitos de concessão	11,8 anos	4,7%	43.169	(19.122)	24.047
Softwares adquiridos	5 anos	20%	10.545	(8.213)	2.332
			<u>53.714</u>	<u>(27.335)</u>	<u>26.379</u>
Benfeitorias em propriedades arrendadas					
Terrenos			15		15
Imóveis	11,8 anos	2,55%	200.875	(29.149)	171.726
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	11,8 anos	5,0%	16.212	(3.655)	12.557
Equipamentos autônomos	5 a 11,8 anos	9,38%	14.082	(7.103)	6.979
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)	
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	3.391	(716)	2.675
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	6.578	(4.590)	1.988
Locomotivas	11,8 anos	7,57%	197.710	(118.299)	79.411
Vagões	11,8 anos	3,00%	141.814	(75.307)	66.507
Via permanente	10 a 11,8 anos	4,24%	2.600.206	(796.077)	1.804.129
Outros ativos	10 anos	10,00%	32.390	(3.170)	29.220
			<u>3.213.292</u>	<u>(1.038.085)</u>	<u>2.175.207</u>
Benfeitorias em curso			308.264		308.264
			<u>3.575.270</u>	<u>(1.065.420)</u>	<u>2.509.850</u>
					<u>2.039.599</u>
					<u>257.959</u>
					<u>2.324.205</u>

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 4).

O intangível em curso é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/14	31/12/13
Construção e ampliação de pátios e terminais	11.932	14.310
Aquisição e modernização de material rodante	45.200	28.709
Instalações administrativas e de apoio	8.451	3.881
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	4.048	32.257
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	26.374	17.001
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	6.671	2.452
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	10.233	10.717
Trens turísticos - melhorias	2.180	924
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	187.055	147.708
Melhoria operação ferroviária	6.120	
	308.264	257.959

O intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentava a seguinte movimentação:

Intangível - custo	Consolidado e Controladora				
	31/12/13	Adições	Baixas	Transferências	31/12/14
Direitos de concessão	43.169				43.169
Softwares adquiridos	8.356			2.160	10.545
	51.525			2.160	53.714
Benfeitorias em propriedades arrendadas					
Terrenos	15				15
Imóveis	152.812			31.820	200.875
Instalações uxiliares/sistemas operacionais	31.163			592	16.212
Equipamentos autônomos	11.724			39.152	14.082
Veículos	19			1.010	19
Bens dministrativos/auxiliares	3.323			3.602	3.391
Equipamentos e aplicativosde informática	6.878			2.193	6.578
Locomotivas	214.528		(58)	9.467	197.710
Vagões	94.627		(2.113)	5.243	141.814
Via permanente	2.372.723			234.457	2.600.206
Outros Ativos				13.523	32.390
	2.887.812		(2.171)	341.059	3.213.292
Benfeitorias em curso	257.959	393.524		(343.219)	308.264
	3.197.296	393.524	(2.171)		3.575.270

Intangível - amortização	Consolidado e Controladora			
	31/12/13	Adições	Baixas	31/12/14
Direitos de concessão	(17.075)	(2.047)		(19.122)
Softwares adquiridos	(7.803)	(410)		(8.213)
Imóveis	(19.980)	(9.169)		(29.149)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(6.764)	3.109		(3.655)
Equipamentos autônomos	(6.622)	(481)		(7.103)
Veículos	(19)			(19)
Bens administrativos/auxiliares	(384)	(332)		(716)
Equipamentos e aplicativos de informática	(3.416)	(1.174)		(4.590)
Locomotivas	(116.689)	(1.669)	59	(118.299)
Vagões	(62.188)	(15.232)	2.113	(75.307)
Via permanente	(632.151)	(163.926)		(796.077)
Outros Ativos		(3.170)		(3.170)
	(873.091)	(194.501)	2.172	(1.065.420)

4.15 - Fornecedores

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores terceiros (a)	128.411	100.469
Fornecedores partes relacionadas	2.239	14.113
	130.650	114.582
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	126.556	100.136
Mercado externo	1.855	333
	128.411	100.469

4.16 - Obrigações fiscais

Circulante	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	4.360	7.127
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	4.584	3.338
PIS, COFINS	5.177	7.755
IOF (Imposto s/ Operações Financeiras)	80	207
ISS (Imposto s/ Serviços)	1.440	1.264
	15.641	19.691

4.17 - Obrigações sociais e trabalhistas

Consolidado e Controladora	
31/12/2014	31/12/2013

Salários e encargos	14.440	17.232
Provisão para férias e 13º Salário	17.775	16.181
Benefícios trabalhistas	7.444	10.781
Participação nos resultados	39.554	47.426
Outros	58	
	79.271	91.620

4.18 - Arrendamentos e concessões a pagar

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	1.942	1.846
Arrendamento (b)	36.892	35.075
	38.834	36.921
FCA - FERROBAN/Malha Paulista		
Concessão (c)	155	150
Arrendamento (d)	2.943	2.844
	3.098	2.994
	41.932	39.915

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 calculado, está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2014, foram pagas 66 (sessenta e seis) parcelas, sendo a 66ª parcela paga no valor de R\$ 1.942.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2014, foram pagas 66 (sessenta e seis) parcelas, sendo a 66ª parcela paga no valor de R\$ 36.892.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Paulista Arrendamento dos bens - FERROBAN - Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2014, foram pagas 57 (cinquenta e sete) parcelas, sendo a 57ª parcela paga no valor de R\$ 465.

(d) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2014, foram pagas 57 (cinquenta e sete) parcelas, sendo a 57ª parcela paga no valor de R\$ 8.828.

4.19 - Provisões Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Seguro Responsabilidade Civil (a)	2.064	302	2.064	302
Seguro Risco Operacional (a)	10.941		10.941	
Seguro Responsabilidade Civil Transp. Carga Ferroviária (a)	1.500		1.500	
Provisão para franquia de seguro (b)	24.000	24.000	24.000	24.000
Provisão para perda de investimentos (c)			394	394
Outros operacionais	365	364	365	364
	38.870	24.666	39.264	25.060

a) Prêmio de seguros

Estes valores referem-se aos valores dos seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional e de transportes de carga ferroviária.

b) Franquia de seguro operacional

Em 2013 a companhia registrou a provisão de franquia de seguros operacionais referente a acidentes ocorridos em sua malha ferroviária; os valores registrados são de R\$ 24.000 (vinte e quatro milhões de reais).

c) Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 totalizava o montante de R\$ 394, registrado na rubrica "Outras provisões" no Passivo Circulante.

4.20 - Demais Contas a pagar

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Garantias contratuais	1.797	1.797
Adiantamento de clientes		7.533
Outros passivos circulantes	3.076	4.289
	4.873	13.619
Não circulante		
Outros	1.192	
	1.192	
	6.065	13.619

4.21 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

4.22 - Receitas diferidas

		Consolidado e Controladora	
		31/12/2014	31/12/2013
Circulante			
Passagem de fibra ótica (a)		317	317
		317	317
Não Circulante			
Passagem de fibra ótica (a)		3.329	3.646
		3.329	3.646
		3.646	3.963

- (a) Refere-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

4.23 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	% Participação
VLI Multimodal S.A.	210.197.536.038.503	55.673.348	210.197.591.711.851	99,99998%
Outros - não controladores	40.992.745	10.991.664	51.984.409	0,00002%
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260	100%

b) Reserva de lucros

Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

d) Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício.

Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Cálculo da média ponderada		
(188.773.564.256 x 12/12)	188.773.564.256	188.773.564.256
Lucro líquido do período	206.611	312.835
Ações em 31 de Dezembro	188.773.564.256	188.773.564.256
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$	1,09	1,66

4.24 - Receita dos serviços prestados

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	1.370.089	1.150.056
Receita de utilização de pátios	2.902	2.063
Receita de estadia de vagões	8.063	6.846
Receita de aluguel de locomotivas	79.699	62.880
Receita de partilha de frete	117.581	107.247
Receita de serviços acessórios	166.581	152.670
	1.744.916	1.481.762
Impostos sobre serviços		
ICMS	(74.659)	(68.396)
PIS	(27.093)	(24.450)
COFINS	(142.740)	(112.617)
	(244.492)	(205.463)
	1.500.424	1.276.300
Devoluções		
Devoluções de vendas		(36)

Receita líquida dos serviços vendidos

1.500.424

1.276.263

4.25 - Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

Consolidado e Controladora		
	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	(290.256)	(268.227)
Encargos sociais	(23.073)	(58.228)
Material	(82.999)	(69.895)
Combustíveis	(306.632)	(279.936)
Serviços contratados	(223.902)	(221.002)
Partilha de frete	(171.971)	(141.751)
Tributos	2.580	(212)
Outros	(547)	(12.425)
Depreciação e amortização	(251.101)	(214.726)
Despesas de arrendamento e concessão	(175.786)	(166.630)
	(1.523.687)	(1.433.032)

4.26 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

Consolidado e Controladora		
	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	(104)	(81)
Encargos sociais	(9)	(19)
Material	(2)	
Serviços contratados	(3)	(1)
Outras	(2)	(1)
	(120)	(102)

b) Despesas gerais e administrativas

Consolidado e Controladora		
	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	(1.317)	(4.554)
Encargos sociais	(101)	(273)
Combustíveis	28	(7)
Material	(15)	(3)
Serviços contratados	(1.054)	(1.224)
Tributos	(180)	(129)
Outras	(125)	(372)
Depreciação	(2.481)	(2.560)
	(5.247)	(9.122)

c) Outras receitas (despesas) operacionais

Consolidado e Controladora		
	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	16.979	7.717
Venda de ativos	736	2.997
Recuperação de despesas	1.225	3.859
Trem Turístico	5.166	4.685
Travessias	3.185	3.709

Multas contratuais	19.935	4.935
Alugueis	2.042	900
Serviços prestados		78
Recuperação de despesas - RFFSA	9.982	12.260
Outros		1.023
	59.250	42.163
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(5.085)	(4.015)
Baixa de Ativos	(4.155)	(2.284)
Ajuste de estoque	(69)	(176)
Participação no resultado	(6.415)	(3.899)
Provisão Desvalorização de estoque	(124)	(318)
Perda de recebíveis	(87)	(6.369)
Outros gastos c/pessoal	(1.799)	
Pesquisa e desenvolvimento	(1.477)	(44.778)
Multas contratuais	(6.234)	
Trem Turístico	(2.894)	(3.340)
Trem Turístico-depreciação	(2.824)	(2.694)
Outras operacionais	1.888	(4.903)
Serviços contratados	(12.314)	
Franquia de seguros sobre acidentes		(24.000)
Materiais, peças e componentes	(3.932)	
Processos Jurídico Judiciais	(41.449)	(49.819)
Indenizações	(7.728)	(10.177)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	2.283	(5.477)
Provisão / Reversão para contingências	12.542	1.070
Provisão para passivos ambientais	(222)	(146)
	(80.095)	(161.325)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(20.845)	(119.162)

4.27 - Resultado financeiro

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	1.551	1.989
Juros, taxa e multas de mora	629	2.472
Outras receitas financeiras	13.804	5.447
	15.984	9.908
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(89)	(67)
Despesa de carta de fiança		(1.817)
Multas dedutíveis		(2.595)
Encargos por atraso	(21)	(8.327)
Desconto concedido		(22.177)
Juros sobre adiantamentos de clientes		(2.342)
Ajuste a valor presente de créditos tributários diferidos		(153.961)
Juros, taxas e multas	(2.977)	(3.537)
Outras despesas financeiras	(4.955)	(141)
	(8.042)	(194.964)
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial	10.146	21.625
	10.146	21.625

Resultado financeiro

18.088

(163.431)

4.28 - Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos e dos não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	6.737	7.308
Provisão para contingências	15.947	19.082
Outras provisões	19.396	8.117
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	25.476	28.868
Prejuízo fiscal	72.319	60.006
	139.875	123.381
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	2.426	2.631
Provisão para contingências	5.740	6.869
Outras provisões	6.982	2.923
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	9.171	10.392
Base negativa	23.297	8.864
	47.616	41.679
Creditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	187.491	118.130
Creditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos		(15.849)
Prejuízo fiscal para imposto de renda	289.275	240.023
Base negativa da contribuição social	258.847	209.595

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Tais premissas e projeções são fundamentadas no plano de negócios consolidado da controladora indireta VLI, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

A expectativa de realização dos créditos relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

ANO	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
2014		1.781
2015	19.971	10.492
2016	18.885	10.694
2017	29.040	17.743
2018	30.337	19.983
2019	29.753	21.126
2020 em diante	59.505	36.311

187.491	118.130
----------------	----------------

Abaixo apresentamos a composição dos tributos diferidos reconhecidos:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda diferido		
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	67.556	28.868
Prejuízo fiscal	72.319	60.006
	139.875	88.874
	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Contribuição social diferida		
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	24.319	10.392
Base negativa	23.297	18.864
	47.616	29.256
	Consolidado e Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	187.491	118.130

4.29 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.30 - Previdência privada

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica sem fins lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam

necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, 4.760 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2013 - 4.509).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$ 4.179 (30 de dezembro de 2013 - R\$ 3.794).

	31/12/2014	31/12/2013
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	7.639	9.308
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	787	1.806
3. Custo dos juros	904	898
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(119)	(77)
5. Rendimento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	49	
b. Efeito da alteração de premissas financeiras		(2.889)
c. Efeito da experiência do plano	(3.578)	(1.408)
6. Obrigação de benefício definido no final do ano	5.682	7.639
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	6.745	4.908
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	798	550
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	3.971	1.489
b. Benefício pago pelo plano	(119)	(77)
4. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	7.567	(126)
5. Valor justo do ativo do plano no final do ano	18.963	6.745
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	5.682	7.639
2. Valor justo do ativo do plano	18.963	6.745
3. Situação financeira do plano	(13.281)	894
4. Passivo / (Ativo) líquido	(13.281)	894
D. Componentes do custo / (receita) de benefício definido		
1. Custo do serviço		

a. Custo do serviço corrente	787	1.806
b. Custo total do serviço	787	1.806
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	904	898
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(798)	(550)
c. Custo líquido total dos juros	106	348
3. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	893	2.154
4. Redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	49	
b. Efeito da alteração de premissas financeiras		(2.889)
c. Efeito da experiência do plano	(3.578)	(1.408)
d. Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) (*)	(7.567)	126
e. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(11.096)	(4.171)
5. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	(10.204)	(2.017)
E. Reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	895	4.401
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	893	2.154
3. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(11.096)	(4.171)
4. Fluxos de caixa		
a. Contribuição paga pela empresa	(3.971)	(1.489)
5. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano	(13.280)	895

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram adotadas as seguintes premissas atuariais e econômicas:

<u>PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS NOS CÁLCULOS</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Taxa Nominal para Desconto da Obrigação Atuarial:	11,83%	12,68%
Taxa Nominal de Rendimento Esperado sobre Ativos do Plano:	11,83%	9,72%
Taxa Nominal de Crescimento Salarial:	0,00%	0,00%

Taxa de Inflação ao Longo Prazo:	6,00%	6,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral:	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos:	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina
	Zimmerman	Álvaro Vindas
Tábua Biométrica de Entrada em Invalidez:	suavizada em 55%	vezes o fator de 3
Taxa de Rotatividade Esperada:	0,00%	0,00%

ESTATÍSTICAS DOS PARTICIPANTES

ATIVOS

Quantidade	4.786	4.735
Idade Média	35,26	35,7
Salário Médio	24	22
Folha Anual de Salários	109.164	103.774
Tempo Médio de Serviço	7,45	8,01

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Quantidade	16	8
Idade Média	49	58,25
Benefício Médio	6	10

4.31 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 1.855 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 333).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessão a pagar (Nota 3.18), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com consequente minimização de perdas individuais.

Atualmente o maior cliente individual da Companhia é sua controladora direta VLI Multimodal.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 29.950 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 29.233).

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%

brA-	5%	5%
------	----	----

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 correspondem:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos				
Contas a receber	407.399	126.379	407.399	446.649
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	9.772	92.414	9.772	9.256
Aplicações financeiras	26.331	67.403	26.331	6.363
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)			395	
Contas a receber da RFFSA (União)	67.515	38.582	67.515	53.493
	511.017	324.778	511.412	515.761
Passivos				
Fornecedores	130.650	122.491	128.689	114.582
Arrendamentos e Concessão a pagar	41.932		41.932	
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.433.893	1.553.165	2.433.893	2.140.333
	2.606.475	1.675.656	2.604.514	2.254.915
	3.117.492	2.000.434	3.115.926	2.770.676

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da

Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Total passivo	2.815.891	2.525.673	2.816.284	2.526.067
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(36.103)	(15.619)	(36.103)	(15.619)
	2.779.788	2.510.054	2.780.181	2.510.448
Patrimônio líquido	1.567.147	1.529.173	1.567.147	1.529.173
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.433.498	2.140.333	2.433.893	2.140.333
Total patrimônio líquido+ AFAC	4.001.040	3.669.506	4.001.040	3.669.506
	69,48%	68,40%	69,49%	68,41%

4.32 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista Ferroban
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2014	66	57
Valor da última parcela paga		
Concessão	1.942	465 (*)
Arrendamento	36.892	8.828 (*)

(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)